

SEÇÃO C – fls. 320 a 345

Deliberação Consu-313/14

Ata da 138ª Sessão Ordinária, do Consu de 05.08.14



**ASSUNTO:** Título Honorífico – Revogação

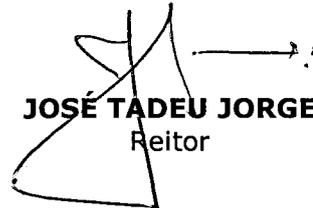
adg

## DELIBERAÇÃO CONSU-313/14

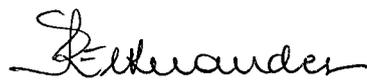
O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS em sua 138ª Sessão Ordinária, realizada em 05.08.14, analisou a proposta apresentada pela Congregação do IFCH, secundada pelas Congregações do IA, IEL e FE, de revogação do título de Doutor "Honoris Causa", concedido pelo Conselho Diretor em 30.11.73, ao então Ministro Sr. Jarbas Passarinho; discutiu o assunto, e com 49 votos favoráveis à revogação, 10 votos contrários e 10 abstenções, rejeitou a referida proposta.

Encaminhe-se à Diretoria do IFCH.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"  
06 de agosto de 2014



**JOSÉ TADEU JORGE**  
Reitor



**LÊDA SANTOS RAMOS FERNANDES**  
Secretária Geral

**ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, reuniu-se o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, em sua sede, no prédio da Reitoria II, na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, em Barão Geraldo, Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor JOSÉ TADEU JORGE, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adalberto Bono Maurizio Sacchi Bassi, Adilton Dorival Leite, Adriana Zerlotti Mercadante, Alberto Soares da Silva, Alvaro Penteado Crósta, Américo Garcia Filho, Antonio Carlos Bannwart, Bruno Ferrari Carvalho Costa, Caio José Colletti Negreiros, Cecília Santos Rodrigues, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Cláudio José Servato, Denise Vazquez Manfio, Esdras Rodrigues Silva, Fernanda Aparecida Cintra, Fernando Sarti, Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto, Francisco Hideo Aoki, Gabriela Zanotto Bosshard, Gastão Wagner de Sousa Campos, Gláucia Maria Pastore, Guilherme Araújo Wood, Icaro Diagonal Turci, Iuriatan Felipe Muniz, Ivan Felizardo Contrera Toro, Jacks Jorge Junior, Jessé Targino da Silva, João Batista de Miranda, João Ernesto de Carvalho, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Raimundo Mendonça de Souza, Joaquim Antônio Graciano, Jorge Megid Neto, Jorge Sidney Coli Junior, José Antenor Pomilio, José Claudio Geromel, José Ellis Ripper Filho, José Geraldo Pena de Andrade, José Teixeira Filho, Julio Cesar Hadler Neto, Lauro Tatsuo Kubota, Léo Pini Magalhães, Luis Alberto Magna, Luiz Carlos de Freitas, Luiz Carlos Zeferino, Maria Silvia Viccari Gatti, Marisa Masumi Beppu, Matilde Virginia Ricardi Scaramucci, Miguel de Arruda, Newton Cesario Frateschi, Nicolas Ferreira da Silva, Nilo Sergio Sabbião Rodrigues, Paulo Mazzafera, Paulo Sérgio Franco Barbosa, Paulo Sérgio Graziano Magalhães, Paulo Sérgio Saran, Peter Alexander Bleinroth Schulz, Rachel Meneguello, Ricardo da Silva Torres, Roberto de Alencar Lotufo, Roberto Perez Xavier, Rodolfo Jardim de Azevedo, Sedi Hirano, Shirlei Maria Recco-Pimentel, Tatiane Martins Ribeiro, Teresa Dib Zambon Atvars, Tiago Novaes Angelo, Vivaldo Silveira Junior e Walkiria Hanada Viotto. Compareceram também o representante suplente dos servidores técnico-administrativos Roberto Carlos de Souza, os convidados especiais professores Angela Maria Carneiro Araújo, Armando José Geraldo, Carlos Eduardo Pereira, Ítala Maria Loffredo D’Ottaviano, Jurandir Zullo Junior, Osvaldir Pereira Taranto, Oswaldo da Rocha Grassiotto, Paulo César Centoducatte, Paulo César Montagner e Teresa Celina Meloni Rosa; o doutor Octacílio Machado Ribeiro; os senhores Antonio Félix Duarte, Clayton Bianchini Levy, Laurione Candido de Oliveira, Marcos Zanatta, Margarida Barbosa, Maria Aparecida Quina de Souza; a acadêmica Taís Sineiro Herig. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Marcelo Knobel, sendo substituído pelo conselheiro Nilo Sergio Sabbião Rodrigues; Euclides de Mesquita Neto, sendo substituído pelo conselheiro Paulo Sérgio Graziano Magalhães; Luiz Fernando Milanez, sendo substituído pelo conselheiro Luiz Carlos Zeferino; Silvio Antonio Sachetto Vitiello; Juliana Silva Alves, sendo substituída pela conselheira Tatiane Martins Ribeiro; Lígia Carrasco Silva, sendo substituída pelo conselheiro Nicolas Ferreira da Silva; Mariana

1 Zuaneti Martins; e Claudiney Rodrigues Carrasco. Havendo número legal, o MAGNÍFICO  
2 REITOR dá início à Centésima Trigésima Oitava Sessão Ordinária do Conselho Universitário  
3 da Universidade Estadual de Campinas, submetendo à apreciação a Ata da Centésima  
4 Trigésima Sétima Sessão Ordinária, realizada em 27 de maio de 2014. Consulta se há  
5 observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 4  
6 abstenções. Informa que há as seguintes Atas para ciência: Ata da Assembleia Universitária  
7 Extraordinária para Outorga do Título de Doutor “Honoris Causa” ao Professor Doutor Ettore  
8 Finazzi-Agrò e Ata da Assembleia Universitária Extraordinária para Outorga do Título de  
9 Professor Emérito ao Professor Doutor Antonio Carlos Boschiero. Em seguida, oferece as  
10 boas-vindas aos diretores que participam pela primeira vez do Conselho Universitário: o  
11 professor Lauro Tatsuo Kubota, novo diretor do IQ, que iniciou o seu mandato no dia 26 de  
12 junho, tendo como diretor associado o professor Carlos Henrique Inácio Ramos; professor  
13 Ivan Felizardo Contrera Toro, novo diretor da FCM, cujo mandato teve início no dia 04 de  
14 julho, tendo como diretor associado o professor Roberto Teixeira Mendes, que solicitou o  
15 desligamento da representação docente, passando a titularidade, no Consu, ao professor Julio  
16 Cesar Hadler Neto; ao professor Newton Cesario Frateschi, novo diretor do IFGW, cujo  
17 mandato se iniciou no dia 18 de julho, tendo como diretor associado o professor Luís Eduardo  
18 Evangelista de Araujo; ao diretor *pro tempore* da Faculdade de Ciências Farmacêuticas,  
19 professor João Ernesto de Carvalho, que tem como diretora associada a professora Célia  
20 Regina Garlipp. Também oferece as boas-vindas ao novo superintendente do HC, professor  
21 João Batista de Miranda, cujo mandato se iniciou no dia 23 de junho. Em seguida, passa a  
22 palavra aos membros inscritos no Expediente. O Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO  
23 diz que o primeiro item da Ordem do Dia é extremamente importante e exige quórum  
24 qualificado. Propõe que se faça uma pequena inversão da pauta para que discutam esse item e  
25 depois voltem para o Expediente. O MAGNÍFICO REITOR diz que de sua parte não há  
26 problema, mas precisa submeter a proposta ao Conselho, sendo aprovada com 1 voto  
27 contrário e 2 abstenções. **Inicia, portanto, a discussão do item 1 da Ordem do Dia**, que trata da  
28 proposta apresentada pela congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
29 revogação do Título de Doutor “Honoris Causa” concedido ao então Ministro da Educação  
30 senhor Jarbas Passarinho em reunião do Conselho Diretor em 30.11.73. O item está destacado  
31 na pauta por exigir quórum qualificado. Há manifestações das congregações do IFCH, do IA,  
32 da FE e do IEL. O parecer da PG foi distribuído no início da reunião pela Secretaria Geral.  
33 Solicita que o professor Jorge Coli faça os esclarecimentos iniciais. O Conselheiro JORGE  
34 SIDNEY COLI JUNIOR diz que esta proposta tem uma pequena história em dois tempos.  
35 Primeiro houve o encaminhamento à congregação do IFCH de uma moção do professor Caio  
36 Navarro de Toledo que, inspirada nos trabalhos da Comissão da Verdade, propunha que a  
37 Universidade reconhecesse o erro cometido, que a homenagem ao coronel Passarinho era  
38 impropriedade do ponto de vista da sua caracterização acadêmica, universitária e,  
39 evidentemente, também política. Considera que o raciocínio é justo, na medida em que podem  
40 compreender razões circunstanciais e políticas de época, podem entender, humanamente, que,

1 por estratégia, certas escolhas tenham sido feitas no passado, mas que, hoje, quando se vive  
2 em um estado de direito, a situação mudou e se pode refletir sobre esse passado. Esclarece  
3 que não se trata, de maneira nenhuma, de apagar esse passado; não se trata de revisionismo.  
4 Esse passado continua presente, continua atuante na história da Unicamp. Trata-se  
5 simplesmente de, no momento em que vivem e nas condições que possuem de reflexão, se  
6 voltarem para esse passado e perceberem que foi cometido um erro. Esse foi o primeiro tempo  
7 da proposta encaminhada à congregação do Instituto. No debate da congregação, a proposta  
8 evoluiu para uma outra posição que é a que está sendo trazida aqui. Já que, legitimamente,  
9 esse título foi concedido de maneira im procedente, porque estavam em jogo argumentos que  
10 eram decorrentes de uma determinada situação, de determinadas circunstâncias, estratégias,  
11 mas não da qualidade intrínseca, seja acadêmica, seja política, seja humana do homenageado,  
12 acredita que não há razões para que esse título não possa ser retirado. E foi essa a proposta  
13 que venceu na congregação do IFCH. Reitera que a revogação não significa apagar um  
14 episódio anterior, mas escrever um novo episódio dentro da história da Unicamp. Parece-lhe  
15 que dentro do espírito de elucidação histórica, de posição democrática, é uma postura que se  
16 justifica. Solicita a palavra à professora Ângela Araujo, que faz parte da Comissão da  
17 Verdade e Memória “Octavio Ianni”, aqui da Unicamp. Receberam o apoio de diversas  
18 comissões da verdade do Brasil todo e gostaria que ela, em nome da Comissão, também se  
19 manifestasse. A Professora ÂNGELA MARIA CARNEIRO ARAUJO diz que representa aqui  
20 a Comissão da Verdade e Memória “Octavio Ianni”, substituindo a coordenadora da  
21 comissão, que é a professora Maria Lygia Quartim de Moraes, que hoje se submete a uma  
22 cirurgia e por isso não pôde comparecer. Irá relatar brevemente o trabalho que vem sendo  
23 realizado pela Comissão, e que a leva a apoiar essa moção do IFCH e das outras  
24 congregações. Receberam, também, o apoio de comissões da verdade das seguintes  
25 universidades: UnB, UFRJ, Unesp, Ufes, Unifesp, UFPR e PUC-São Paulo. Encaminhará à  
26 Mesa essas moções. As comissões da verdade das universidades estão se empenhando em  
27 apoiar esse caso porque elas têm descoberto um conjunto substantivo de atos realizados  
28 durante a ditadura militar, seja por intervenção direta dos governos militares, seja pelas  
29 atitudes discricionárias dos gestores administrativos dessas universidades, durante aquele  
30 período. Na Unicamp, foram identificados casos, que constarão do relatório final da  
31 Comissão, de docentes que foram demitidos por divergência com os diretores de suas  
32 unidades; há um caso, por exemplo, na Faculdade de Educação. Chama a atenção dos  
33 conselheiros e da Mesa, porque a decisão de conceder o título ao coronel Jarbas Passarinho –  
34 forte apoiador do regime, então ministro da Educação e que já havia sido ministro do  
35 Trabalho – possui uma injunção e um contexto político muito importantes. Em 1973, estava  
36 em vigor o governo do general Garrastazu Médici, um dos governos mais fortemente  
37 autoritários e repressivos do regime militar. Então, a impressão que provoca a leitura da Ata  
38 da sessão que aprovou a concessão do título, anexada à pauta, é de que há uma fala política do  
39 reitor, naquele contexto, e apenas um membro do Conselho se manifesta, o diretor da então  
40 Faculdade de Tecnologia de Alimentos, professor André Tosello, relatando que a Faculdade

1 devia ao ministro o esforço empreendido para o seu reconhecimento. Então, naquele contexto  
2 autoritário em que todos temiam as consequências que poderiam advir de determinados atos, a  
3 aprovação da concessão desse título de Doutor “Honoris Causa” ao coronel Jarbas Passarinho  
4 pode ter causado um enorme constrangimento ao conjunto dos conselheiros. A aprovação  
5 unânime, sem qualquer manifestação, a não ser desse único diretor, que não foi eloquente,  
6 inclusive, na defesa do título, indica que aquela foi uma situação de grande constrangimento e  
7 quase que de uma imposição que vinha de cima para a concessão desse título. Portanto, se são  
8 essas as circunstâncias, esse é um elemento que não condiz com a tradição e com a trajetória  
9 democrática de excelência e de respeito à qualidade do ensino e da pesquisa que tem a  
10 Unicamp. É por essa razão que a Comissão da Verdade da Unicamp apoia fortemente essa  
11 moção. Foi incumbida de manifestar aqui essa posição, e chama a atenção dos conselheiros  
12 para o parecer da Procuradoria Geral, que no seu item 21 afirma: “Ademais, em que pese ter  
13 sido concedido em 1973, o título produz efeitos até os dias de hoje, de modo que é possível a  
14 sua eventual revogação.” Além disso, o parecer ainda traz a informação de que essa possível  
15 revogação não irá ferir direito adquirido, o que poderia ser um elemento que dificultasse a  
16 aprovação por este Conselho. Portanto, segundo a PG, não há qualquer impedimento para que  
17 esse título seja revogado, já que ele é um ato apresentado de forma discricionária pelo reitor  
18 daquele momento e aprovado pelo então Conselho Diretor. Então, da mesma forma como  
19 aprovou a concessão, ele pode aprovar a revogação do título, como demonstra este outro  
20 trecho do parecer: “(...) o pedido de revogação do título de Doutor ‘Honoris Causa’ concedido  
21 a Jarbas Passarinho poderá ser submetido ao Conselho Universitário, que poderá deferi-lo  
22 mediante decisão motivada e aprovação de dois terços de seus membros (...)”. Portanto,  
23 chama a atenção para os fatores envolvidos nesta solicitação, que estão relacionados ao  
24 trabalho que tem sido realizado nas universidades brasileiras no sentido de rever todos os  
25 elementos ligados à ditadura – e não é por outra razão que a Unicamp, neste momento, tem  
26 uma comissão revisora dos seus Estatutos, exatamente com a ideia de limpá-los, assim como  
27 outros documentos, de elementos impostos pela ditadura. Então, em conjunto com a revisão  
28 dos Estatutos, esta solicitação é mais um fator importante deste momento democrático e que,  
29 inclusive, permite a existência e a presença das comissões da verdade. O Conselheiro JOSÉ  
30 ELLIS RIPPER FILHO diz que ficou surpreso quando esse assunto foi encaminhado ao  
31 Consu, porque esteve bastante envolvido com a Administração da Universidade no início da  
32 década de 1970, e não se lembrava da concessão desse título. Entretanto, ao consultar a data  
33 da cerimônia, recordou-se que estava em licença, nos Estados Unidos, onde tinha ido  
34 acompanhar a operação de sua filha. Na época, não havia internet, a comunicação era difícil, e  
35 quando voltou ninguém se lembrou de mencionar o assunto para ele, de forma que tomou  
36 conhecimento dele apenas agora. Destaca que a Unicamp foi a única universidade pública do  
37 Brasil em que o Sistema Nacional de Informações – SNI não atuou vetando contratação de  
38 professores. Isso permitiu o ingresso de várias pessoas que foram extremamente influentes  
39 para o sucesso da Universidade, incluindo a cúpula da Economia no país, que era toda vetada,  
40 com nomes como José Serra, Luiz Gonzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Mello, o que

1 certamente também ocorreu em outros institutos e faculdades. O professor Zeferino Vaz  
2 defendia fortemente a Unicamp de qualquer tipo de interferência advinda de acusações feitas  
3 pelo SNI. Recentemente, soube da história de um professor amigo seu, somente agora  
4 revelada: na época, a Reitoria ainda não funcionava no *campus*, e o professor Zeferino soube  
5 que o SNI vinha prender esse professor. Ele veio para cá e disse para o pessoal do SNI que o  
6 professor não seria preso. Eles responderam que tinham ordem de um general para efetivarem  
7 a prisão, ao que o professor Zeferino revidou que não permitiria que cumprissem a ordem, e  
8 que poderiam levá-lo preso por isso. O agente desistiu e depois esse amigo foi convocado  
9 como testemunha, mas o professor Zeferino já havia contratado um advogado militar para  
10 defendê-lo. Esse amigo relatou que se o professor Zeferino não tivesse aparecido ali, naquele  
11 momento, provavelmente eles não teriam se conhecido. A Universidade contratava  
12 aposentados do SNI como professores titulares, que tinham, na época, um salário certamente  
13 bem razoável, bem maior que a aposentadoria deles. E esse pessoal dava apoio. E não tem a  
14 menor dúvida de que esse título concedido ao coronel Passarinho fez parte desse esquema; o  
15 professor Zeferino era extremamente cioso dos títulos de Doutor “Honoris Causa”. E além de  
16 ninguém ter comentado com ele sobre o assunto, nunca ouviu o próprio coronel mencionar  
17 esse título. Acredita que nem ele mesmo tenha levado muito a sério esse diploma. Confessa  
18 que teria muito mais satisfação se esse pedido de revogação tivesse ocorrido 30 anos atrás,  
19 quando o país voltou à democracia, e não somente agora. Coloca-se à disposição da Comissão  
20 da Verdade da Unicamp, já que, tendo participado desse processo na Universidade, possui  
21 bastante informação. Por fim, afirma que solicitou a inversão da pauta porque considera que o  
22 assunto deveria ser debatido, e com o máximo de quórum possível, não somente os dois terços  
23 necessários. Pessoalmente, preferiria que a questão não tivesse surgido, tivesse sido  
24 esquecida, como estava esquecida até agora, após mais de 40 anos. Mas, uma vez que surgiu,  
25 acha que não podem deixar de agir sobre ela. O Conselheiro ADALBERTO BONO  
26 MAURIZIO SACCHI BASSI diz que entende muito claramente a manifestação do professor  
27 Ripper. Ingressou na Universidade em fevereiro de 1970, vindo do Rio de Janeiro. Não  
28 entrará em detalhes, mas afirma que não poderia ter ingressado em outra universidade que não  
29 fosse a Unicamp e se ela não tivesse como reitor o professor Zeferino Vaz. Entende que o  
30 professor Zeferino construiu, naquela época, sob um sistema extremamente repressivo, a  
31 melhor universidade do Brasil e uma das que mantiveram maior liberdade interna. Entende  
32 por que este *campus* se chama “Zeferino Vaz”, entende por que se empenharam para que a  
33 rodovia que dá acesso à Unicamp tivesse o nome de Zeferino Vaz. Pessoalmente, tem um  
34 sentimento de imenso respeito e agradecimento ao professor Zeferino. Não se sente bem em  
35 aprovar aqui algo que, evidentemente, critica uma ação do professor, porque se ele a praticou  
36 foi em benefício da Universidade. Concorde que hoje estão em tempos muito diferentes,  
37 entretanto é óbvio que algumas pessoas que hoje se manifestam aqui, corretamente, não  
38 viveram aqueles tempos. Não gostaria que se mexesse no passado. Saber do passado, como  
39 disse a professora Ângela, agora há pouco, saber o que aconteceu neste país, é fundamental, é  
40 a história, mas querer alterá-la é outro assunto. Para quem não o viveu, talvez seja muito

1 compreensível. Quem o viveu sabe que algumas figuras foram muito importantes e não se  
2 deveria mexer na memória delas. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que há dois  
3 momentos a serem analisados em relação a esta questão. No momento presente, não passaria  
4 pelo pensamento de ninguém propor ou reafirmar esse título então oferecido. Foi bastante  
5 proveitoso ouvir o professor Ripper, que já era professor naquela época. Solicitou a Ata mais  
6 completa daquela sessão extraordinária para saber exatamente que conselheiros dela  
7 participaram, e apurou os nomes constantes da Ata original. Havia, ainda, outros professores  
8 presentes, que não eram membros do Conselho Diretor. Sente-se muito pouco à vontade para  
9 anular um ato aprovado por essas pessoas. Se estivessem discutindo a reafirmação desse  
10 título, obviamente votaria contrariamente. No item 18 do Parecer PG, consta: “O ato também  
11 deve estar produzindo efeitos, não podendo ter se exaurido, já que a revogação não é  
12 retroativa.” Dessa forma, entende que a proposta é pela revogação do título de Doutor  
13 “Honoris Causa”. Essa é uma questão bastante complexa, porque traz ao presente um  
14 raciocínio que se produziu no passado. Citou e leu os nomes dos conselheiros presentes  
15 naquela sessão – e fez questão de fazer isso, embora não estivesse entre o material entregue –  
16 para entender o tipo de constrangimento que um Conselho Diretor poderia ter para aprovar o  
17 assunto. Aquelas pessoas acreditavam que, naquele momento, era o melhor a fazer pela  
18 Universidade, e estão discutindo aqui também o que é melhor para a Unicamp. Realmente se  
19 encontra dividido, porque conheceu diversas das pessoas que acabou de listar e as respeita  
20 profundamente, pois todas elas trabalharam muito para o sucesso da Universidade. Não  
21 gostaria de, através de um ato seu, colocar qualquer pecha nessas pessoas, por isso está  
22 refletindo sobre seu posicionamento. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que o  
23 esforço que é feito no Brasil, hoje, de revisitar o período da ditadura, está atrasado. O período  
24 da ditadura, com toda sua truculência, para muitas pessoas é um tempo de trevas na história  
25 do Brasil. Nada é muito claro, muitas pessoas se sentem desconfortáveis ao analisar esse  
26 passado vilipendiado quando da discussão das reaberturas democráticas no país e perceber  
27 que a ditadura não era tão militar assim, era uma ditadura civil militar que se reformulou.  
28 Existe a célebre frase de que “tudo mudou para se manter como estava”, e muitos poderosos  
29 daquele período continuaram determinando o desenvolvimento do Brasil, mesmo após a  
30 redemocratização. Participa de um setor social que coloca diversas críticas ao processo todo,  
31 ou seja, mesmo na Comissão da Verdade esses esforços não estão sendo trabalhados com a  
32 contundência de quem deseja acabar com o autoritarismo nas relações políticas da  
33 democracia. Entretanto, essas críticas não impedem que esse trabalho, mesmo em questões  
34 simbólicas, em questões que poderiam ser mais aprofundadas, traga frutos interessantes.  
35 Considera esta reflexão aqui muito interessante. Apesar de terem referências em diversas  
36 figuras responsáveis pela construção do passado, não enxerga como atribuir mais uma vez o  
37 título de Doutor “Honoris Causa” a alguém que não possui uma causa honorável. É preciso  
38 entender qual exatamente é a *honoris causa* do ex-ministro Jarbas Passarinho. Precisou se  
39 ausentar da reunião por um período, mas imagina que algumas intervenções tenham deixado  
40 clara a relação do coronel com aquele regime, um coronel que com todas as letras mandou às

1 favas os escrúpulos da consciência. E não podem dizer que essa atitude reflete no espírito de  
2 construção da Unicamp apenas, porque o que estão discutindo agora passará como exemplo à  
3 juventude e a todos os que estão revisitando o período histórico. E isso não é, como iniciou  
4 falando, um ponto muito passível. Foi o Facebook, pouco tempo atrás, que denunciou que na  
5 página do Governo do Estado os acontecimentos de 1964 eram tratados como uma revolução,  
6 algo que, certamente, serviu para frear as pressões populares, a participação política de uma  
7 juventude que exigia mudanças, de um Brasil que, naquele momento, colocava suas premissas  
8 para poder mudar, assumir uma postura crítica. E foi a ditadura militar que fez um processo  
9 de conservação da postura submissa das diretrizes políticas, freou a postura dos brasileiros  
10 pela força das armas e do autoritarismo. Àqueles que se sentem desconfortáveis em alterar o  
11 passado para preservar os seus totens, não cabe a responsabilidade de decisão neste Conselho.  
12 Herdaram um passado, e por isso mesmo devem estudá-lo criticamente para decidir um  
13 futuro. Por estarem aqui exercendo a opinião nesta decisão, possuem a incumbência de  
14 enfrentar a necessidade de alterar o passado. Votar contra a retirada desse título é reafirmar o  
15 título de Doutor “Honoris Causa” ao ex-ministro Jarbas Passarinho. Durante a gestão do  
16 ministro, enquanto perdurou o AI-5, mais de cem dirigentes sindicais foram destituídos, e não  
17 é esse o exemplo que desejam oferecer para os rumos da educação. A universidade pública no  
18 Brasil, diferente da universidade pública em outros países, tem uma relação muito próxima  
19 com o esforço do Estado, e ela não foi exatamente desenvolvida anexa à atividade econômica  
20 das grandes indústrias; aqui a construção da Universidade é um esforço que depende do  
21 Estado, sendo que é preciso criticar a postura dos dirigentes, porque ela está relacionada aos  
22 rumos que a educação está tomando. A universidade brasileira não é somente um espaço  
23 acadêmico, é um espaço de serviço público, de democratização da ciência e do conhecimento,  
24 portanto, não é possível fingir que a Unicamp não tem nada a ver com aquele regime e  
25 reatribuir o título ao coronel. As opiniões e o direito ao protesto estão sendo cerceados no  
26 país, o estado de exceção foi implementado. Há, por exemplo, em Campinas, estudantes  
27 sendo perseguidos porque lutaram contra o aumento da passagem de ônibus no ano passado,  
28 porque solicitaram CPI, investigação das contas, e isso foi ignorado pelo poder político. Esses  
29 estudantes estão sendo processados, como se buscar participação política fosse crime. Aqueles  
30 que se posicionaram contrariamente a um grande evento articulado pelos grandes  
31 negociadores do país estão sendo perseguidos, estão tendo as suas casas visitadas, há pessoas  
32 pedindo asilo político em outros países. Retomando, neste momento a confirmação do título  
33 seria uma catástrofe para qualquer intenção democrática que pretendam reafirmar, com toda  
34 ciência e toda a posição crítica que a Unicamp exalta ter como tradição. Então, a postura aqui  
35 não deve ser outra, esta Casa tem a responsabilidade de retirar esse título. Sua fundamentação  
36 é questionável, não estava exatamente clara a causa nobre que o senhor Jarbas Passarinho  
37 estava defendendo. O Conselheiro ICARO DIAGONEL TURCI diz que concorda totalmente  
38 com o que falou o conselheiro Iuriatan. É importantíssimo que este Consu consiga romper os  
39 laços que a Universidade ainda possui com esse passado, que é um momento nefasto na  
40 história do país, um passado de uma ditadura sangrenta, que deixou entre mortos e

1 desaparecidos centenas, senão milhares de pessoas. Uma ditadura que revogou totalmente os  
2 direitos das pessoas e que esteve presente dentro da universidade. Os estudantes possuem um  
3 olhar muito crítico a esse momento e vêm organizando nesse ano, que é um ano simbólico, o  
4 ano da “anticomemoração” dos 50 anos do golpe militar. O posicionamento dos estudantes é  
5 unânime em considerar que esse título que o coronel Jarbas Passarinho recebeu é um absurdo.  
6 Fez uma busca rápida na internet e encontrou uma entrevista dele na revista *IstoÉ*, em 2007,  
7 cujo título foi: “Faria tudo de novo”. Então, foi esse tipo de pessoa que esta Universidade  
8 homenageou no passado, o tipo de gente a quem ofereceu a maior honraria que se pode  
9 oferecer. Então, é essencial que a Unicamp, que é um local onde conseguem fomentar a  
10 discussão crítica sobre o passado, retire esse título e consiga superar vários outros momentos  
11 desse passado que ainda estão presentes. Ressalta que, inclusive, a falta de democracia que às  
12 vezes ocorre na Universidade é fruto desse período. O conselheiro Iuriatan citou agora os  
13 processos contra os ativistas que estão fazendo luta social, luta contra o aumento da passagem  
14 ou contra a Copa, que os governos não estão querendo mais revisitar de maneira crítica. É  
15 importante que a Unicamp se posicione firmemente contra esses atrasos que sempre retornam.  
16 Que este Conselho, que inclusive há pouco mais de oito meses discutiu sobre a Polícia Militar  
17 também, possa discutir e conseguir “limpar” o nome da Unicamp desse passado ou, pelo  
18 menos, chegar perto disso. O Conselheiro JORGE MEGID NETO diz que irá se manifestar  
19 favoravelmente à revogação desse título, em função dos textos que embasam a pauta e  
20 também de alguns comentários que foram trazidos pelos conselheiros. Inicia retomando uma  
21 premissa que consta do texto da congregação da Faculdade de Educação: “(...) a honestidade  
22 intelectual é imperativa nas atividades acadêmicas, entendemos que os recursos teóricos da  
23 crítica e da autocrítica devam ser permanentemente exercidos (...)” Considera que são  
24 respeitosos com a questão da revisitação do passado em relação à memória de vários dos  
25 conselheiros que participaram daquele momento e, principalmente, da figura do professor  
26 Zeferino Vaz, e isso não significa que atos eventuais realizados por esses personagens não  
27 possam ser elementos de crítica e autocrítica; possuem esse dever enquanto Instituição. O  
28 texto da congregação do IFCH destaca fortemente algo que o aflige enquanto pesquisador da  
29 área de Educação, que dentre os argumentos que justificaram a concessão do título ao senhor  
30 Passarinho, está o de que ele foi o mais brilhante educador dos últimos 40 anos, antes daquele  
31 período. Isto é um absurdo, se pensarem em termos da história da educação no Brasil, colocá-  
32 lo como o mais brilhante, acima de Florestan Fernandes, Anísio Teixeira e vários outros. É  
33 inconcebível pensar a figura do coronel Jarbas Passarinho nesses termos, como o mais  
34 brilhante educador ou gestor educacional daquele período. Além disso, há tudo o que foi  
35 afirmado na moção da congregação do IFCH a respeito da perseguição que o coronel Jarbas  
36 Passarinho fazia não somente às ações democráticas, mas à escola pública e à escola  
37 democrática. Então, em função principalmente desses aspectos que o afligem muito  
38 particularmente e considerando que essa revogação para ele não fere a memória de vários dos  
39 conselheiros da época, principalmente a do professor Zeferino Vaz, a quem respeita e a todas  
40 suas ações realizadas aqui, manifesta-se favoravelmente a esse pedido de revogação. O

1    Conselheiro JORGE SIDNEY COLI JUNIOR diz que ouviu tanto os argumentos contrários  
2    como os favoráveis. Os contrários são muito compreensíveis e respeitáveis, sem dúvida  
3    alguma. Enfatiza um ponto que expôs de maneira genérica em sua fala inicial, de que são  
4    perfeitamente compreensíveis as circunstâncias, a estratégia que, em 1973, levaram o então  
5    Conselho Diretor a outorgar o título de Doutor “Honoris Causa” ao coronel Passarinho. E ao  
6    contrário de um ataque ao professor Zeferino Vaz, assim como aos ilustres nomes que o  
7    professor Léo Pini levantou aqui, parece que este Conselho, em certa medida, está  
8    implicitamente prestando uma homenagem. Aliás, poderiam explicitar essa homenagem no  
9    próprio texto, porque eram as circunstâncias e foi graças a essa habilidade política que a  
10   Unicamp pôde se constituir. Então, de maneira nenhuma a intenção da moção do IFCH é  
11   atacar nem o professor Zeferino Vaz nem o Conselho daquela época. Insiste que podem fazer  
12   uma homenagem, porque foram eles que criaram a Unicamp que, hoje, pode voltar-se para o  
13   passado, refletir sobre ele e propor uma nova postura diante daquela homenagem prestada. O  
14   professor Léo Pini colocou que eles fizeram, à época, aquilo que era o melhor para a  
15   Unicamp, e concorda com isso. Mas acha que precisam fazer, agora, aquilo que é melhor para  
16   a Unicamp, hoje. Está claro que estão no campo do simbólico; um doutorado “Honoris  
17   Causa” é um símbolo, não é algo efetivo, é, de fato, uma homenagem. E já que estão no  
18   campo do simbólico e que precisam reiterar posições democráticas e se afastar cada vez mais  
19   do autoritarismo passado, a aprovação desse símbolo vai ser de extrema importância. O  
20   professor Bassi disse que não deveriam alterar o passado e o conselheiro Iuriatan colocou o  
21   contrário. Afirmo que gostaria de poder alterar o passado, inclusive o seu próprio, em várias  
22   coisas, mas isso é impossível. O passado vai continuar aquele que era; estão escrevendo um  
23   presente, hoje. E é esse o sentido da moção do IFCH. Dessa maneira, propõe que incluam um  
24   texto colocando o respeito deste Conselho Universitário pela atitude daquele Conselho Diretor  
25   e do professor Zeferino Vaz, naquela época, por razões de circunstâncias, por razões políticas,  
26   mas que, hoje, podem atuar de maneira diferente. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO  
27   GEROMEL diz que foi muito boa a proposta do professor Ripper de alteração da pauta, para  
28   que este tema possa ser discutido abertamente e as opiniões de todos aqui sejam colhidas,  
29   explicitadas, porque é absolutamente importante tornar claros todos os pontos de vista nesta  
30   oportunidade. No momento da grande ênfase democrática em que vivem, não lhe parece que  
31   seja bom dizer que este ou aquele conselheiro teria uma postura correta se votasse de  
32   determinada forma. Não há postura correta. Há opiniões a serem respeitadas e é a opinião da  
33   maioria aqui presente que decidirá a respeito do tema que estão enfrentando. Colocará  
34   claramente sua posição a este respeito. Trata-se de um voto que irá proferir com convicção,  
35   mas com imensa dificuldade e preocupação. É um democrata, como aprendeu no seio desta  
36   Universidade; abomina ditaduras, tanto de direita quanto de esquerda, abomina qualquer  
37   cerceamento à liberdade e qualquer tipo de restrição ao livre pensar; em suma, defende a  
38   democracia, o estado de direito e a transparência total de informação e de atos. Nesse  
39   contexto, acha que as Comissões da Verdade têm importante papel em disseminar  
40   informações históricas sobre o que ocorreu durante a ditadura militar que se abateu sobre o

1 país, há 50 anos. Neste plenário, elogiou o senhor Reitor quando a Comissão da Verdade e  
2 Memória “Octavio Ianni” foi aqui criada, não apenas por suas atribuições, mas também por  
3 sua singular e representativa composição. A concessão de título de Doutor “Honoris Causa”  
4 ao senhor Jarbas Passarinho é um fato histórico, ocorreu, foi concedido em reunião do  
5 Conselho Diretor ocorrida em 30 de novembro de 1973, por proposta do então reitor, que  
6 contou com o voto favorável de todos os presentes. Lá estavam professores eminentes,  
7 diretores de unidades de ensino e pesquisa que contribuíram de forma absolutamente  
8 marcante e decisiva para que a Unicamp pudesse ser o que é hoje. Lá estavam eles e as  
9 circunstâncias daquele momento. Não quer julgar o senhor Jarbas Passarinho pelos atos  
10 praticados naquele período sombrio. Uns devem ser julgados pela história, outros, se  
11 cometeram crimes, devem ser julgados pela Justiça. Não pode dizer, agora, decorridos mais  
12 de 40 anos, que o fundador da Unicamp e os fundadores de várias unidades de ensino e  
13 pesquisa da Universidade, naquela oportunidade, se equivocaram. Assim sendo, declara seu  
14 voto contrário à proposta em discussão. A Comissão da Verdade pode levantar informações  
15 históricas sobre o ocorrido e, se entender adequado, entrevistar professores que estavam  
16 presentes na mencionada reunião do Conselho Diretor. O texto do IFCH também faz menção  
17 à reunião do Conselho de Segurança Nacional que decidiu pelo Ato Institucional nº 5. Há  
18 poucos anos, o então aluno do Instituto de Economia, senhor Aloizio Mercadante, defendeu o  
19 seu doutorado, tendo na banca o professor Delfim Netto, Professor Emérito da USP, que  
20 assim como o senhor Jarbas Passarinho, também participou daquela reunião do Conselho de  
21 Segurança Nacional e aprovou o referido Ato Institucional. Dessa forma, se entender  
22 adequado, a Comissão deve também analisar esse fato da história recente. O Conselheiro  
23 GASTÃO WAGNER DE SOUSA CAMPOS diz que irá defender a revogação do título  
24 honorífico. Ressalta que estão discutindo o passado, mas também o presente. Tenta ser  
25 profundamente democrático, e a democracia é uma construção que passa pela mudança de leis  
26 e de normas das instituições e das pessoas. É preciso aprender a ser democrático. E algo que  
27 descobriu é que uma das características mais marcantes do autoritarismo é a proibição de  
28 criticar as figuras heroicas do país, os pais, as faculdades; para o autoritarismo, isso tudo é  
29 incriticável. É oriundo da área Médica, e os médicos não aceitam crítica; trata-se de um traço  
30 de autoritarismo marcante. Então, faz essa colocação, porque considera que a liberdade de  
31 opinião, de reflexão, passa por “poderem votar” tudo o que é “sagrado”. A ciência tem essa  
32 perspectiva, investiga tudo. A proposta de moção do IFCH não está fazendo um julgamento  
33 do professor Zeferino Vaz, nem dos diretores que votaram a favor da concessão do título ao  
34 coronel Passarinho. À época, era Conselho Diretor, não era Conselho Universitário; a lista de  
35 nomes que o professor Léo Pini citou é de ex-diretores de unidades, que foram pressionados  
36 pelas circunstâncias, mas muitos tinham convicção de que havia um grupo de iluminados de  
37 farda verde oliva, azul e branca, que iria resolver todas as contradições, todas as falhas, todas  
38 as loucuras, todos os conflitos de interesse dos brasileiros; muitas pessoas apostaram nisso.  
39 Mas o Brasil não aposta mais nisso, aposta em uma democracia. Há pouco tempo foi  
40 divulgada uma pesquisa sobre a vinculação dos latino-americanos, inclusive os brasileiros,

1 com a democracia. Na maior parte dos países da América Latina, triunfou a ideia de que um  
2 grupo iluminado, autoritário, irá salvar essa parte do continente; menos de 50% defendeu o  
3 conceito de democracia. O Brasil foi um dos países onde quase 60% foram favoráveis à  
4 democracia. A mensagem que estarão passando hoje com a revogação desse título de Doutor  
5 “Honoris Causa” – e ao professor Léo, diz que devem se preocupar com a Universidade e com  
6 a sociedade, e o que é melhor para a Unicamp não está desligado do que é melhor para a  
7 sociedade – é de que apostam na democracia, não em milenarismos de esquerda, de direita, de  
8 centro, religiosos, que voltam a lhes ameaçar. Então, o que está em discussão aqui não é o  
9 julgamento dos antigos diretores nem do professor Zeferino Vaz, se os estivessem julgando  
10 ele não votaria, pois isso não caberia a este Conselho. Aquelas pessoas são figuras complexas,  
11 que estavam desempenhando um papel complexo. O que está sendo votado aqui é que a  
12 Unicamp entende que o senhor Jarbas Passarinho não possui mérito democrático, social, nem  
13 humano. Entretanto, ninguém apaga a história, esse senhor ficou 40 anos com o título de  
14 Doutor “Honoris Causa” oferecido pela Unicamp. A partir de hoje, nas atuais circunstâncias,  
15 desejam mandar uma mensagem para si próprios, para os alunos, para os professores e para a  
16 sociedade de que apostam na democracia, na tolerância, na liberdade de opinião e na  
17 liberdade de crítica, inclusive à própria Unicamp, inclusive a si mesmos. Então, faz o apelo de  
18 que votem a favor da revogação, sem grau de drama em relação aos antigos mestres. Nenhum  
19 dos conselheiros estaria aqui hoje sem a habilidade, sem a competência do professor Zeferino  
20 Vaz à época, que de fato acolheu muitos professores. E pergunta quem são para julgá-los.  
21 Então, que se façam biografias, discussões, revisões, textos, que aparecerá o mérito e os  
22 problemas de cada um. O Conselheiro LUIZ CARLOS DE FREITAS diz que o professor  
23 Ripper explicou as bases sobre as quais esse título foi concedido. E uma rápida comparação  
24 com o Artigo 158 dos Estatutos define quem pode receber o título de Doutor “Honoris  
25 Causa”: quem tenha contribuído de maneira notável com o progresso das ciências, letras ou  
26 das artes, o que não parece o caso; e pode ser também os que tenham beneficiado, de forma  
27 excepcional, a humanidade, ou tenham prestado relevantes serviços à Universidade. A menos  
28 que entendam que o que aconteceu de 1964 em diante tenha sido uma forma de beneficiar de  
29 forma excepcional a humanidade, o título não se aplica. E, obviamente, não está em  
30 julgamento aqui, de forma alguma, a atitude daqueles que, sob determinadas circunstâncias,  
31 concederam o título; seria um processo de convertê-los em réus no lugar de quem, de fato,  
32 está em discussão. Portanto, não podem seguir esse caminho. Alguém já disse que as pessoas  
33 constroem a história segundo suas possibilidades, e não segundo aquilo que gostariam de  
34 fazer. Portanto, não está em discussão aqui os personagens da Universidade que, movidos por  
35 circunstâncias que foram aqui arroladas rapidamente pelo professor Ripper, fizeram o que era  
36 o melhor para a Unicamp. O que está sendo discutido aqui é que a Unicamp não pode se  
37 ausentar de um momento nacional, em que o país todo rediscute o seu passado como forma de  
38 deixar para as gerações futuras uma recomendação, um ensinamento, um compromisso com a  
39 democracia de rever esse passado e admitir que errou. Esse é o momento em que o país vive,  
40 através das suas inúmeras comissões da verdade que estão analisando legitimamente o

1 passado com a intenção de deixar uma mensagem às gerações futuras, que é uma mensagem  
2 de que aqueles que, por alguma circunstância, atentam contra os direitos básicos das pessoas  
3 serão confrontados com a justiça em algum momento futuro, mesmo que, em determinado  
4 momento da história, estejam isentos de fazê-lo. Estão aqui discutindo se esta Instituição quer  
5 ou não participar desse momento nacional, que não é só do Brasil, que, aliás, é muito brando,  
6 porque se analisarem os outros países que na mesma época foram objeto de processos  
7 ditatoriais, verão que estão sendo muito condescendentes com a análise que o país faz hoje a  
8 respeito do seu passado, quando viveu processos de ditadura. Portanto, estão agindo, ainda  
9 que timidamente, ainda que apenas revogando um título, que é pouco para tudo o que  
10 aconteceu; aqui está em causa um movimento todo que se estabeleceu no país. É isso que  
11 estão examinando, não a figura do coronel Passarinho, é mais que isso; ele representa mais  
12 que a sua própria atuação. Portanto, não podem dizer novamente que irão fazer aquilo que é  
13 melhor para a Universidade, porque estariam se isolando no interior da Universidade,  
14 desconhecendo todo o processo nacional de reflexão crítica e autocrítica sobre um período  
15 negro da história, que não desejam ver reproduzido para as gerações que se seguirão.  
16 Portanto, cabe a este Conselho a responsabilidade de se manifestar agora, segundo suas  
17 circunstâncias, segundo suas possibilidades e construir, a partir de então, o futuro. Não  
18 adianta exaltar a democracia, os estados de direito, se no momento das ações mínimas, não as  
19 concretizarem. De nada adianta exaltar a democracia se não possuem as mínimas atitudes  
20 necessárias para concretizar e assinalar para o futuro que as próximas gerações devam ser  
21 coerentes com a proteção dos direitos das pessoas. Acha que é esse o sentimento que existe na  
22 sociedade brasileira hoje. E seria muito ruim para esta Universidade que hoje outorgassem  
23 novamente o título ao coronel Jarbas Passarinho, porque é isso que vai acontecer se aceitarem  
24 a tese de que não devem mexer no passado. Dessa forma, estariam, neste momento, cada um  
25 dos membros presentes, outorgando novamente o título “Honoris Causa” para o coronel  
26 Jarbas Passarinho. Portanto, lhe parece que estão diante de uma questão bastante grave, que  
27 precisam examinar muito bem e atuar com as responsabilidades deste momento histórico. Por  
28 isso, a congregação da Faculdade de Educação votou pela retirada do título e a acompanhará  
29 aqui hoje. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que este é um assunto da  
30 maior complexidade, não se trata de um assunto que envolve democratas e antidemocratas; é  
31 muito mais do que isso, porque significa olhar com os olhos de hoje as decisões do passado.  
32 Portanto, quer expressar aqui, de modo muito firme, seu respeito a todas as opiniões sobre  
33 este assunto. Os membros do Conselho Universitário são pessoas com idades diferentes,  
34 histórias de vida diferentes, histórias institucionais diferentes e histórias políticas diferentes.  
35 Portanto, divergir sobre um assunto dessa complexidade é absolutamente natural e, como  
36 disse, nada tem a ver com ser ou não democrata. Entender isso significa dizer que qualquer  
37 rótulo é perfeitamente justificável pelas histórias de cada um e o voto deve ser dado, em sua  
38 opinião, sem nenhum tipo de constrangimento. Portanto, defender a não revisão não é um ato  
39 antidemocrata, e defender a revisão não é um ato somente de democratas. O que pode notar  
40 aqui pelas falas das pessoas que a precederam é que há um consenso neste Conselho

1   Universitário: não fariam hoje o ato que foi praticado no passado. Porque as pessoas mais  
2   velhas aqui presentes, os membros deste Consu de cabelos brancos, aprenderam com a  
3   história, não aprenderam nos livros. Quer expressar aqui com muita franqueza, como  
4   indivíduo e como docente, que lamenta que esse assunto tenha vindo ao Conselho  
5   Universitário sem a construção de um consenso anterior, porque existe o consenso de que hoje  
6   não outorgariam esse título. A divergência aqui é de que forma expressariam esse consenso  
7   em termos de uma Deliberação Consu. Isso deve ser uma lição. Os assuntos de natureza  
8   política, como este, que não é um assunto de natureza administrativa, com as repercussões que  
9   possui, no âmbito do *campus* e fora dele, deveria ter sido aprofundado na busca de um  
10   consenso; esta Universidade, que possui um lastro democrático, deveria ter buscado o  
11   consenso. Portanto, expressa o seu profundo desconforto em votar “sim” ou “não” em um  
12   assunto de natureza política que nunca deveria ter sido apresentado para votação em código  
13   binário. O “sim” revoga e, o pior, o “não” confirma, como disse o professor Luiz Carlos.  
14   Sente-se profundamente preocupada com qualquer que seja a decisão que este Consu tome no  
15   dia de hoje, na forma como o assunto está pautado. Queria colocar isso e reafirmar que  
16   qualquer voto nada tem a ver com ser ou não democrata. O Conselheiro NILO SERGIO  
17   SABBIÃO RODRIGUES solicita a palavra ao professor Paulo Centoducatte, presidente da  
18   Adunicamp. O Professor PAULO CÉSAR CENTODUCATTE traz aqui a opinião da diretoria  
19   da Adunicamp, expressando sua concordância com a revogação do título ao senhor Jarbas  
20   Passarinho. Concorda muito com a fala do professor Gastão e do professor Luiz Carlos, e  
21   também com as argumentações que vieram das congregações. Não irá repetir tudo o que foi  
22   dito por eles, com o intuito de abreviar sua fala. Sobre a questão aqui posta de que se  
23   revogarem esse título hoje o Conselho Universitário estaria desautorizando o Conselho  
24   Diretor de 1973, ou fazendo algum tipo de censura, não concorda. De forma alguma isso se  
25   sustenta, porque se assim fosse, se sustentaria a ideia de que companheiros que naquela época  
26   da ditadura foram presos e torturados e, sob tortura, denunciaram companheiros, foram os  
27   responsáveis pela entrega dos companheiros, e não o torturador. As circunstâncias colocadas  
28   naquele momento levaram aquele Conselho Diretor a outorgar o título que hoje este Consu  
29   pode e deve revogar. Para ele, as palavras do professor Ripper demonstraram muito bem a  
30   situação. Todos aqui sabem e reconhecem a participação do professor Ripper naquela época  
31   da construção da Universidade, e o fato de que ele não sabia da concessão demonstra que o  
32   Conselho Diretor outorgou um título e muitas pessoas importantes na administração da  
33   Universidade nem ficaram sabendo; isso denota o constrangimento que o Conselho Diretor  
34   daquela época teve ao fazer o que fez. E hoje, se o Conselho Universitário mantiver esse  
35   título, o estará reiterando e assumindo a responsabilidade por ele a partir da data de hoje. O  
36   Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA inicia sua fala dizendo que é  
37   muito importante o trabalho das comissões que foram instaladas para restabelecer a verdade,  
38   assim como a Comissão da Verdade e Memória “Octavio Ianni” da Unicamp. Demoraram  
39   muito tempo para fazer isso no Brasil; viveram mais de 20 anos de uma ditadura militar a  
40   serviço de interesses econômicos privados, que levou o país a um modelo de desenvolvimento

1 concentrador de renda, com muita exclusão social e com forte processo de mobilidade, com as  
2 populações sendo jogadas nas cidades sem nenhuma estrutura. Esse tipo de política tem  
3 consequências até os dias de hoje. A ditadura se impôs através de um processo extremamente  
4 violento, de perseguição política e de eliminação da democracia. Esse período nunca foi  
5 passado a limpo, no Brasil, diferentemente de outros países. Em muitos momentos, os  
6 torturados tiveram de assistir aos risos e chacotas de seus algozes. Isso não é incomum na  
7 trajetória da democracia do país, que não deu conta de estabelecer uma abordagem para  
8 esclarecer o que, de fato, aconteceu nesse passado. É muito importante a Universidade olhar  
9 para esses fatos neste momento. A discussão que está posta aqui os leva a dois caminhos, e  
10 tende a concordar com o professor Luiz Carlos e com outros que falaram antes dele aqui, que  
11 hoje, se votarem contra a revogação do título, estarão referendando a posição tomada em  
12 1973. Seria um erro histórico para a Universidade, que comprometeria bastante sua imagem  
13 diante do cenário político que estão vivendo, em que se tenta restabelecer a verdade. Portanto,  
14 declara que votará pela revogação do título. Também concorda com o professor Jorge Coli  
15 que é preciso, na discussão estabelecida, contextualizar o processo de 1973, porque durante o  
16 processo de constituição da Universidade, foram exigidas formulações táticas, que inclusive  
17 legitimam a postura do reitor, naquele momento. Acredita que isso não pode ser  
18 desconsiderado no contexto histórico, mas seria muito importante que o título fosse revogado,  
19 em função de tudo o que ele representa. O Conselheiro PAULO SÉRGIO FRANCO  
20 BARBOSA diz que respeita todas as colocações aqui apresentadas, e também se une aos  
21 colegas que o antecederam. Encontram-se no início de um processo extremamente novo,  
22 sobre o qual não possuem total clareza. Ou seja, ninguém fica confortável diante da proposta  
23 que está sendo apresentada. Preocupa-se com a extensão e a continuidade dos julgamentos  
24 que irão fazer. Este aqui é um primeiro caso revisto, mas certamente foram outorgados por  
25 esta Universidade títulos a profissionais – médicos, engenheiros etc. –, que tiveram trajetória  
26 as quais desconhecem. Conhece algumas trajetórias de ex-alunos daqui associadas à  
27 corrupção política. Independente de estarem ligadas ou não à ditadura, pergunta se irão  
28 rastrear as trajetórias das pessoas que receberam os demais títulos outorgados e revê-los, ou  
29 irão parar por aqui, basta a do coronel Jarbas Passarinho. Outro ponto que ficou muito  
30 evidente aqui é que as opiniões são distintas sob o aspecto do julgamento feito à época, com o  
31 contexto existente. E hoje, felizmente, podem olhar para trás na história e fazer o julgamento  
32 daquilo que é inaceitável, reprovável e de que todos querem distância. Então, entende a  
33 dificuldade dos membros deste Conselho de encontrar um caminho que os tire dessa  
34 dificuldade, desse dilema ético. E talvez um caminho moderado possa ser a melhor solução.  
35 Possuem em pauta hoje a moção do IFCH, que teve apoio de outras unidades, e, indicado um  
36 caminho que possa, talvez, ser a solução, ousa propor um texto com um teor mais ou menos  
37 nestes termos: “Este Conselho, tomando conhecimento da moção do IFCH, decide respeitar a  
38 decisão tomada à época pelos membros do Conselho Diretor que, certamente, tinham o  
39 melhor interesse no aprimoramento desta Instituição. No entanto, afirmamos que hoje este  
40 Conselho, sob hipótese alguma, outorgaria o mesmo título ao doutor Jarbas Passarinho.”

1 Então, declarariam na decisão que é reprovável, que não fariam o mesmo julgamento, mas ao  
2 mesmo tempo estariam reconhecendo e respeitando a decisão histórica tomada pelo Conselho  
3 Diretor da época. O Conselheiro PETER ALEXANDER BLEINROTH SCHULZ diz que esta  
4 é uma situação difícil. Concorda com a professora Teresa que votar “sim” ou “não” é  
5 extremamente difícil. Respeita todas as opiniões já exaradas e espera que a sua também seja  
6 considerada. Este debate é uma demonstração de que a anistia, de 1979, embora um passo  
7 importantíssimo para a redemocratização do país, não foi suficiente. A criação das comissões  
8 da verdade também demonstra isso. Pessoalmente, acha que ela não foi suficiente e acredita  
9 inclusive que certos crimes cometidos não deveriam ter sido anistiados. Nesses últimos 35  
10 anos, sempre ouviu o argumento de que houve a anistia, não devem mexer no passado,  
11 precisam seguir em frente. Mas, se depois de todo esse tempo ainda estão discutindo os fatos  
12 ocorridos, significa que ela não bastou. Acha que a revogação desse título é uma posição  
13 extremamente importante nesse contexto. Com ela, não estarão reescrevendo a história; o  
14 título continuará registrado, como tendo sido concedido em 1973 e, eventualmente, revogado  
15 em 2014. Embora tenha ingressado na Unicamp, como aluno, apenas em 1980, e portanto não  
16 tenha vivido aquela época, consegue compreender, pelos textos e pelas conversas com as  
17 pessoas, que a concessão constituiu uma estratégia muito importante para a Universidade.  
18 Destaca que os membros do Conselho Diretor que aprovaram a concessão do título não se  
19 manifestaram. O professor Luiz Carlos pesquisou o significado da atribuição do título nos  
20 Estatutos, e viu também uma definição interessante que diz que, historicamente, um Doutor  
21 “Honoris Causa” recebe o mesmo tratamento e privilégios que aqueles que obtiveram  
22 doutorado acadêmico de forma tradicional, que provavelmente era o que acontecia, por  
23 exemplo, com o professor César Lattes. Recordou-se de um escândalo de fraude científica de  
24 um físico alemão, Jan Hendrik Schön, que chegou a ser candidato ao *Prêmio Nobel de Física*  
25 no começo deste século. Dois ou três anos após, descobriu-se que os artigos dele eram  
26 baseados em dados forjados. E quando isso veio à tona, o reitor da universidade alemã onde  
27 ele obteve o doutorado abriu uma investigação, para averiguar se o doutorado dele também  
28 havia sido uma fraude, e constatou-se que sim, que os dados também eram fabricados, e  
29 revogou-se a titulação. E em nenhum momento, conversando com colegas alemães e vendo a  
30 imprensa local, isso parece ter causado qualquer constrangimento para a banca. A banca, na  
31 ocasião, analisando aqueles dados, outorgou o título de doutor a ele e depois, em vista de  
32 novos fatos, verificou que aquele título teria de ser revogado. Não se reescreveu a história da  
33 Universidade de Konstanz, porque o título está registrado, foi concedido na década de 1990,  
34 mas foi revogado em 2004. Então, acha que também os membros do Conselho Diretor  
35 daquela época, percebendo que aquela era uma estratégia importante, talvez não se sentissem  
36 constrangidos com essa revogação no contexto atual. Não considera que isso seja reescrever a  
37 história, nem que seja um desrespeito a esses membros. Além disso, ainda dentro da definição  
38 a que o professor Luiz Carlos se referiu, o título de Doutor “Honoris Causa” é destinado a  
39 pessoas eminentes, que não necessariamente sejam portadoras de um diploma universitário,  
40 mas que tenham se destacado nas artes, ciências, filosofia, letras, promoção da paz, causas

1 humanitárias, por sua boa reputação, virtude e mérito ou ações de serviço que transcendem as  
2 instituições, o que não é o caso. Então, sente-se tranquilo em votar a favor da revogação, não  
3 entende isso como um desrespeito àqueles que votaram favoravelmente à outorga. Considera  
4 que esta é uma contribuição da Unicamp para um debate presente no país há 35 anos. O  
5 Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO diz que nasceu durante uma ditadura. Dois anos  
6 antes de seu nascimento, seu avô, que era deputado, teve o mandato cassado, durante o Estado  
7 Novo. Talvez seja o único presente aqui que tenha votado para presidente antes da ditadura.  
8 Algumas manifestações sugeriram que ele não soube da concessão do título porque ela foi  
9 feita de forma escondida. Pelo que sabe, não foi. Não soube porque, no momento, se  
10 encontrava nos Estados Unidos, como já mencionou. Foi membro do Conselho Diretor antes  
11 desse período e posteriormente, e é membro do Conselho Universitário agora. Sua posição,  
12 em todas essas ocasiões, inclusive neste momento – e os governadores que o nomearam como  
13 representante aqui talvez nem saibam quem ele é –, é de que nunca ninguém lhe disse o que  
14 deveria fazer. Seu objetivo e sua obrigação vão sempre no sentido de tentar fazer o melhor  
15 para a Unicamp. Se estivesse presente naquela reunião do Conselho Diretor, teria votado a  
16 favor, e acha que boa parte das pessoas aqui também teria. Então, acredita que não é correto  
17 dizer que o Conselho Diretor foi constrangido, pois certamente grande parte daquelas pessoas  
18 não votaria por constrangimento. O professor Rogério Cerqueira Leite, pouco depois, não foi  
19 nomeado reitor da Universidade porque foi vetado pela ditadura; e havia sido o professor mais  
20 votado pelo Conselho Diretor para ocupar o cargo. Talvez o que mais o preocupe é que a  
21 Comissão da Verdade se restrinja a apenas alguns aspectos negativos relacionados à  
22 Unicamp; houve outros pontos negativos, outras pessoas também foram discriminadas.  
23 Gostaria que a Comissão da Verdade, ao abordar fatos ocorridos na Universidade, se  
24 informasse um pouco melhor. Coloca-se à disposição da Comissão. E uma das pessoas que  
25 ainda estão vivas, que tem ainda mais conhecimento do que ele, que esteve bem mais perto do  
26 poder, é o professor Rogério Cerqueira Leite. Voltando à questão do título, não tem o menor  
27 constrangimento de dizer que se estivesse naquela reunião teria votado a favor, e não por  
28 constrangimento, mas porque acreditaria e acredita que era o melhor para a Unicamp. Preferia  
29 que este assunto não tivesse sido levantado, mas uma vez que o foi, acha que o melhor para a  
30 Universidade é que esse título seja revogado. O Conselheiro GUILHERME ARAÚJO WOOD  
31 diz que este assunto foi trazido à pauta como uma manifestação da vitória da democracia. O  
32 fato de que hoje possam debater isso no Conselho Universitário, tantos anos depois,  
33 demonstra essa vitória. Entretanto, gostaria que ela fosse reconhecida por aqueles que não têm  
34 a mesma posição que outros representantes aqui. Este assunto gera desconforto, como  
35 comentado pela professora Teresa. Concorde com as manifestações do professor Geromel e  
36 da professora Teresa Atvars. É uma situação extremamente complicada, pois implica analisar  
37 o passado e o presente com visões diferentes, e espera que quem trouxe o assunto à pauta e o  
38 está defendendo entenda que muitas vezes as pessoas possuem histórias de vida e posições  
39 políticas distintas. A Conselheira TATIANE MARTINS RIBEIRO concorda com trechos de  
40 várias manifestações que foram colocadas, em especial as dos conselheiros Iuriatan, Icaro,

1 professor Luiz Carlos e professor Peter. Este último colocou vários pontos interessantes,  
2 inclusive com a ilustração de um fato ocorrido com o candidato ao *Prêmio Nobel de Física* de  
3 alguns anos atrás. No entanto, pede licença para abrir mão um pouco da formalidade das  
4 discussões do Consu e fazer um apelo a todos os professores, a todos os conselheiros,  
5 especialmente aos que viveram o período da ditadura, com experiências diferentes. A sua  
6 geração não viveu esse período, e espera que não viva. Porém, todos os representantes  
7 discentes aqui fazem parte da juventude que foi para as ruas em junho e que tem vivido muita  
8 coisa desde então, inclusive um ataque frontal decorrente de um avanço da criminalização dos  
9 movimentos sociais, das lutas sociais e dos lutadores sociais. Faz parte das 130 pessoas que o  
10 conselheiro Iuriatan comentou que estão sendo processados pela ocupação da Câmara  
11 Municipal, no ano passado, por conta do aumento da passagem de ônibus, e o que têm visto é  
12 uma série de lutas sendo criminalizadas, inclusive fatos que remetem ao período da ditadura.  
13 No Rio Grande do Sul, por exemplo, cinco ativistas que lutavam contra o aumento da  
14 passagem tiveram as suas casas invadidas pela polícia e todos os seus pertences, como livros,  
15 computadores e cadernos, foram levados. Essas pessoas estão sofrendo um processo que pode  
16 condená-las a 25 anos de prisão. De modo semelhante, no início de junho, antes da Copa,  
17 durante a greve dos metroviários em São Paulo, um jovem ativista que participava das  
18 manifestações juntamente com os trabalhadores foi levado pela Polícia Militar para dentro de  
19 uma delegacia e torturado em salas sem câmeras. Esse tipo de ocorrência deve ser  
20 inadmissível para todos, tanto aqueles que vivenciaram o período da ditadura como aqueles  
21 que conhecem a história desse período. E um dos papéis primordiais das comissões da  
22 verdade é revelar essa história para que consigam esmiuçar cada fato desse período que foi tão  
23 triste e tão dolorido para as pessoas que o vivenciaram, tanto que muitas não desejam recordá-  
24 lo. Mas quando dizem que desejam rememorar essa história, isso não significa apagar os  
25 fatos, mas revisitá-los para nunca esquecer-los, no intuito de não permitir que eles ocorram  
26 novamente. Acha que a intenção é a mesma quando falam em reviver e rememorar alguns  
27 acontecimentos da história da Unicamp, que não são, de forma nenhuma, descolados da  
28 história vivida no restante da sociedade. Portanto, precisam ter consciência de que os debates  
29 políticos travados dentro da Universidade não podem, de forma nenhuma, estar dissociados  
30 do que vivem fora dela e do que as pessoas que estão fora da Universidade vivem na  
31 sociedade. É muito importante que pensem que hoje, como já foi aqui mencionado, tratar do  
32 título de Doutor “Honoris Causa” é simplesmente simbólico. Mas esse símbolo é muito  
33 importante para a conjuntura que vivem hoje no Brasil, principalmente no Estado de São  
34 Paulo, em especial aqui em Campinas, e a Unicamp não está fora disso. E com todo esse  
35 avanço da criminalização dos movimentos e da repressão policial, é extremamente  
36 importante, apesar de simbólico, que a Unicamp se coloque contra um título de Doutor  
37 “Honoris Causa” a uma pessoa que foi sujeito da repressão durante um período como a  
38 ditadura militar no Brasil. Esse símbolo é importante não apenas para que rememorem a  
39 história e não a esqueçam, mas para que consigam escrever o presente pensando em um futuro  
40 em que esse período nunca mais se repita. Então, faz um apelo, como jovem, a todos os

1 conselheiros, tanto os que viveram quanto os que não viveram o período, para que revoguem  
2 o título. Acha que não é uma questão central analisar quem eram as pessoas que aprovaram a  
3 concessão desse título, assim como não será o mais importante, daqui a alguns anos, saber  
4 quem foram os conselheiros que o revogaram. Acredita que o centro deste debate é o fato de  
5 viverem atualmente um período em que uma parcela bastante grande da ditadura segue  
6 acontecendo, de forma camuflada. Então, é muito importante que lancem mão desse recurso  
7 simbólico que possuem hoje para expressar que não querem mais que aconteça a ditadura,  
8 nem a que hoje está mascarada, muito menos a que ocorreu 50 anos atrás. Então, acha que é  
9 um posicionamento político imprescindível de os conselheiros tomarem hoje, pensando  
10 principalmente no que foram esses 50 anos que o país viveu, desde o golpe militar até hoje. O  
11 Conselheiro ALBERTO SOARES DA SILVA diz que não poderia deixar de se manifestar,  
12 até por representar a comunidade externa, através do Dieese, e portanto a classe trabalhadora.  
13 No seu entendimento, este é um momento extremamente oportuno para que o Conselho  
14 Universitário e a Universidade possam reparar esse erro histórico. Corrobora diversas  
15 opiniões que o antecederam no sentido de que a Universidade não pode ter uma posição  
16 simplesmente pensando nela, se fechando em si mesma e tomando uma decisão como se  
17 estivesse apartada da sociedade. Antes de tudo, esta é uma decisão política, como foi decisão  
18 política tomada no passado também a outorga desse título a um coronel que contribuiu para a  
19 repressão social, cassou sindicalistas e dirigentes da classe trabalhadora, perseguiu estudantes,  
20 cerceou a liberdade e, de certa forma, aposentou diversos docentes. Portanto, considera essa  
21 reparação extremamente oportuna e importante. Parabeniza o trabalho das diversas comissões  
22 da verdade, especialmente a da Unicamp. Parabeniza também as congregações que colocaram  
23 em debate essa questão, ressaltando a importância do que uma decisão como esta pode  
24 sinalizar não somente para a própria Universidade, mas também para a sociedade. Diversos  
25 conselheiros se referiram aqui à complexidade desta decisão. Ele, talvez por fazer parte da  
26 comunidade externa, não a considera tão complexa, pois a enxerga como uma decisão política  
27 que precisa ser tomada. E, por seu caráter político, só há duas alternativas: revogar o título ou  
28 não revogá-lo e passar pelo constrangimento de sinalizar, em um momento democrático, um  
29 retrocesso do ponto de vista institucional. Portanto, faz coro com a acadêmica Tatiane e apela  
30 para que os conselheiros reflitam e reparem esse erro cometido no passado. O Conselheiro  
31 ROBERTO DE ALENCAR LOTUFO diz que se identifica com a fala da professora Teresa  
32 Atvars, sobre o constrangimento, a dificuldade e complexidade desta decisão. E também com  
33 o fato de ela ter apontado a inconveniência de uma solução binária, simplesmente revogar ou  
34 não revogar. E nesse sentido gostaria de sugerir uma possível contribuição. Antes, analisará a  
35 questão histórica de como foi concedido o título. Consultando os Estatutos, verifica que são  
36 duas as condições: a primeira é que o candidato seja cientista, artista ou escritor, e a segunda é  
37 que tenha beneficiado de forma excepcional a humanidade ou tenha prestado relevantes  
38 serviços à Universidade. Não acredita que a motivação do professor Zeferino Vaz e seus  
39 colegas, na época, tenha sido a contribuição à humanidade, mas, sim, os relevantes serviços  
40 prestados à Universidade. Porém, com base na manifestação do professor Ripper e de outros

1 conselheiros, considera difícil saber com profundidade o que aconteceu na época. Talvez a  
2 única pessoa que tivesse essa resposta fosse o professor Zeferino Vaz. Então, seguindo a  
3 lógica do professor Peter, se revogarem esse título, estarão afirmando que esses serviços não  
4 foram prestados, contrariando o que indicou o professor Zeferino Vaz. Por outro lado,  
5 concorda que esta é uma decisão extremamente política, e ela tem repercussão não apenas na  
6 Unicamp, mas na sociedade em geral. Por isso fica preocupado com a forma como seu  
7 resultado será comunicado à sociedade. E é nesse sentido que gostaria de colaborar com a  
8 professora Teresa Atvars, para que esse resultado não seja fruto de um sistema binário. Acha  
9 que todos aqui concordam com várias das manifestações dos colegas, e estão com  
10 dificuldades de simplesmente responder “sim” ou “não”, sem uma justificativa, sem uma  
11 contextualização desta decisão. Entende que o texto proposto pelo professor Paulo Barbosa se  
12 aplica caso a decisão do Conselho seja a de manter o título. Gostaria que houvesse uma  
13 proposta semelhante caso a decisão seja a de revogar. Certamente se sentiria mais à vontade  
14 se uma contextualização desta decisão, seja favorável ou contrária à revogação do título,  
15 acompanhasse o texto. Sente-se confortável com o texto do professor Paulo, caso ele seja  
16 mantido, mas gostaria de ter um texto também caso a decisão seja pela revogação. Solicita  
17 uma atenção especial a essa ideia dos dois textos, pois acredita que com isso todos se  
18 sentiriam menos desconfortáveis. Se simplesmente forem contrários à revogação, estarão,  
19 com as informações de hoje, outorgando um novo título, o que entende que ninguém deseja.  
20 Por outro lado, se simplesmente o revogarem, sem respeitar a decisão tomada por aquele  
21 Conselho Diretor, estarão anulando algo que pode ser que ainda valha, naquela situação  
22 técnica, embora não na situação política atual. O Conselheiro LUIZ CARLOS DE FREITAS  
23 pergunta quais seriam esses serviços relevantes prestados pelo coronel. Essas decisões  
24 costumam ser circunstanciadas, e o fato é que não sabem quais são esses serviços, no suposto  
25 caso de que essa alínea tivesse sido utilizada como justificativa. Além disso, pode ser que  
26 esses eventuais serviços prestados não fossem publicáveis; o professor Ripper lhes forneceu  
27 pistas sobre isso. Sobre a proposta dos textos que se remetem ao passado, alerta que a melhor  
28 maneira de respeitarem e, de certa forma, protegerem aqueles que se envolveram nessa  
29 decisão é deixá-los fora desta discussão. Considera que incluí-los em textos explicativos  
30 agravará mais o problema, porque terão de dar explicações hoje sobre estas decisões que  
31 talvez no passado não precisassem ser dadas. Poderão suscitar uma série de questionamentos  
32 à imagem da Universidade, de seus fundadores e daqueles que estiveram envolvidos nessa  
33 questão. Portanto, acha que devem preservar o passado, embora caiba a este Conselho se  
34 manifestar sobre os efeitos que certas pessoas, em determinadas circunstâncias, que não lhes  
35 interessam hoje quais foram, produziram quando tiveram de outorgar esse título. E ressalta  
36 que eles tiveram de outorgá-lo. Portanto, acha melhor que se atenham ao presente, ou seja, à  
37 posição dos conselheiros hoje, respeitadas, obviamente, as circunstâncias do passado.  
38 Concorda com a professora Teresa Atvars que a situação não é simples, e acrescenta que nem  
39 a abstenção os eximirá, pois esta será interpretada como um apoio a uma ou a outra posição.  
40 Portanto, ou entendem o processo como uma ação política de reparação, ou terão ainda mais

1 problemas para explicar suas ações. E acrescenta que aqui não estão em jogo posições  
2 políticas, como as manifestações de alguns conselheiros sugeriram. Não existe nenhuma  
3 posição política autorizada a defender a morte. Portanto, estão diante de uma questão de  
4 posicionamento pessoal, ou teriam de justificar o holocausto também. Não se trata, pois, de  
5 respeitar uma posição política, ou uma posição político-partidária deste ou daquele. Há  
6 limites, mesmo para os partidos e para as posições, ainda que teóricas, do ponto de vista de se  
7 legitimarem como uma proposta justa nas relações sociais, nas relações humanas. E ninguém  
8 está autorizado a dizer que a sua posição, em um determinado momento histórico, para  
9 defender este ou aquele propósito, pode incluir a tortura, a morte etc. Portanto, não há esse  
10 dilema de consciência aqui, muito pelo contrário; os pontos são absolutamente claros quando  
11 fazem esse tipo de análise. Não estão diante de uma questão de consciência, ou de democracia  
12 em relação ao que se possa escolher como conduta humana. Sob qualquer luz de conduta  
13 humana, não se pode ser conivente com o extermínio das pessoas que pensam diferentemente.  
14 Acha que é isso que precisam assinalar para a juventude. E se alguém tiver, hoje,  
15 tranquilidade para agir daquela forma, deve lembrar que em algum momento responderá por  
16 isso. Não está acusando pessoas específicas; está acusando um movimento que se estabeleceu  
17 no país, depois de 1964, com essa filosofia. Acha que é isso o que está em jogo aqui. O  
18 Conselheiro FERNANDO SARTI declara que votará favoravelmente à revogação do título.  
19 Do seu ponto de vista, a revogação não implica nenhum juízo de valor, nenhuma crítica,  
20 nenhum julgamento ao Conselho Diretor da época. Não tem aqui como julgar as condições e  
21 pressões políticas que esse Conselho enfrentava. Portanto, sabe que a questão é complexa,  
22 mas, como vários que o precederam já colocaram, a Unicamp, além da repercussão  
23 acadêmica, intelectual, tem uma repercussão política. Acha que a decisão tomada dará à  
24 sociedade um pouco da visão do que a Universidade quer para o presente e para o futuro. Em  
25 relação ao comentário do professor Geromel, por quem tem muito apreço e respeito, diz que  
26 não é possível comparar a questão em tela, que se refere a uma decisão tomada sob um regime  
27 autoritário, com a elaboração de uma banca de doutorado, há quatro anos, feita dentro de um  
28 regime absolutamente democrático, aprovada dentro da congregação de uma unidade,  
29 aprovada nas instâncias superiores da Universidade. Refere-se à presença do professor Delfim  
30 Netto na banca do professor Aloizio Mercadante. Lembra que o professor Delfim Netto é  
31 professor titular da USP, e juntamente com ele compunham a banca o professor Bresser  
32 Pereira, professor titular da Fundação Getúlio Vargas, o professor Ricardo Abramovay,  
33 também professor titular da USP, e o professor João Manuel Cardoso de Mello, professor  
34 aposentado da Unicamp. O Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN diz que defende o respeito  
35 a todas as opiniões, sejam quais forem, inclusive as moções das congregações que aqui  
36 vieram, as manifestações da Comissão da Verdade, assim como também defende o respeito a  
37 todas as posições e aos votos que aqui forem consignados, sejam em uma posição ou em  
38 outra. Concorde plenamente com o professor Geromel, com a professora Teresa Atvars, com  
39 o professor Léo Pini e com outros que se manifestaram, que não podem rotular pessoas de  
40 mais ou menos democráticas de acordo com seu voto. Também não acha que precisem anular

1 decisões do passado para reafirmar a opção pela democracia. Acredita que a história está  
2 construída e deve ser respeitada. Discorda do professor Peter, porque considera que o  
3 exemplo que ele trouxe aqui é completamente diferente. Não estão diante de uma fraude que  
4 tenha sido cometida pelo Conselho Diretor; o que houve foi uma decisão, um ato político,  
5 como já muito bem colocado, e é isso o que estão analisando. É claro que se estivessem aqui  
6 para decidir sobre uma fraude, a posição seria outra, pois a situação seria diferente. Achou  
7 muito interessante a proposta do professor Paulo Barbosa, porque, como disse a professora  
8 Teresa Atvars, o encaminhamento deste assunto para o Conselho Universitário, feito pelas  
9 congregações, deveria ter sido construído de forma diferente. Também se sente muito  
10 desconfortável, até porque acredita que todos aqui reconhecem que a Unicamp só existe hoje,  
11 e da forma como é, graças ao professor Zeferino Vaz. Tem um profundo respeito por ele,  
12 como acredita que todos tenham, e sente muito orgulho de ter ingressado aqui na Unicamp,  
13 como aluno do curso de Engenharia Civil, quando o professor Zeferino era reitor. O professor  
14 Léo Pini leu alguns nomes ilustres de colegas que fizeram parte do Conselho Diretor que  
15 tomou essa decisão baseado em questões que eles entenderam verdadeiras, justas e corretas.  
16 Entende que estará desrespeitando aquele Conselho e a figura do professor Zeferino Vaz se  
17 votar pela revogação do título. Então, acha que a proposta do professor Paulo Barbosa poderia  
18 substituir a proposta oriunda das congregações, pois isso traria um conforto maior para grande  
19 parte dos colegas. Reiterando a fala de alguns colegas, diz que não estão aqui julgando os  
20 conselheiros pelas suas posições políticas ou partidárias, ou os rotulando de democratas ou  
21 não. Estão diante de um fato histórico, político, e precisam tomar uma decisão que será  
22 política e também histórica. Assim, solicita, se for possível, que seja encaminhada a proposta  
23 do professor Paulo Barbosa como um substitutivo à proposta original das congregações. O  
24 Conselheiro JULIO CESAR HADLER NETO diz que é testemunha, em parte, do que  
25 aconteceu. Em 1967, ingressou, juntamente com o professor João Frederico, na primeira  
26 turma de Ciências Exatas da Unicamp; em 1973, fazia pós-graduação no IFGW. Seu pai é um  
27 dos citados pelo professor Léo, e se emocionou ao ouvir o nome dele. Nessa época, era  
28 solteiro e morava com o pai, e eles discutiam muito sobre a Unicamp. É testemunha do  
29 imenso trabalho que tiveram esses primeiros docentes, que ajudaram a construir a  
30 Universidade, no caso de seu pai, até antes de a Universidade ser criada, porque ele era  
31 professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, em 1963, e veio para trabalhar na  
32 Maternidade de Campinas. A partir daí, ele e outros que vieram de Ribeirão Preto, de São  
33 Paulo, do Rio de Janeiro, iniciaram suas atividades na Unicamp e ajudaram a construí-la. Por  
34 exemplo, se lembra do professor Oswaldo Vital Brazil, do professor Carlos Eduardo  
35 Negreiros e outros que lutaram muito para que a Medicina tivesse qualidade, já nesse início, o  
36 que não era muito o desejo dos governantes de Campinas, que queriam uma Medicina para os  
37 filhos de suas famílias mais abastadas. A luta já começou ali, e o professor Zeferino, quando  
38 veio para se tornar o reitor da recém-criada Unicamp, por já ter um nome reconhecido, pois  
39 havia sido diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, abraçou a causa, querendo  
40 fazer desta Universidade a sua obra maior, o que conseguiu. Então, apesar desse

1    constrangimento de estarem hoje aqui tendo de tomar essa decisão, votará pela revogação por  
2    uma razão que não foi muito colocada, e que foi levantada rapidamente pelo professor Megid.  
3    Lembra que o coronel Jarbas Passarinho, como ministro da Educação, foi um dos  
4    responsáveis, se não o maior, pelo desmonte do ensino público do país. Estudou em escola  
5    pública até 1966, e até 1969 isso ainda não havia acontecido. Após 1973, a escola pública  
6    estava claramente desmontada, com baixa qualidade, invertendo a equação anterior de que o  
7    mau aluno ia para a escola particular para ser aprovado e o bom aluno ficava na escola pública  
8    porque ela tinha qualidade. Depois de 1973, o nível de qualidade da escola pública caiu  
9    drasticamente, ao passo que o da escola particular aumentou, e portanto esta passou a ser  
10   destinada à elite. Então, entende que o coronel Passarinho fez mal à educação deste país e por  
11   essa razão votará favoravelmente à revogação do título. O Conselheiro ROBERTO PEREZ  
12   XAVIER diz que esta é uma discussão bastante frutífera, porém espinhosa. No seu caso, ainda  
13   não havia ingressado na Unicamp em 1973, ainda era muito jovem. Acha que todos têm a sua  
14   dose de razão neste debate, tanto os conselheiros mais sêniores quanto os mais jovens, que  
15   considera que às vezes confundem um pouco a discussão, em termos temporais. Isso faz com  
16   que pessoalmente fique em uma posição bastante delicada de decidir pela revogação ou não  
17   do título. Ser favorável à revogação talvez seja relativamente mais fácil em função da figura  
18   do coronel, mas querendo ou não estarão julgando, direta ou indiretamente, aqueles que  
19   participaram desse Conselho, sem saber das reais circunstâncias. Entretanto, se optam pela  
20   não revogação, que talvez seja uma decisão um pouco mais difícil, ficam com a sensação de,  
21   como colocaram a professora Teresa Atvars e o professor Luiz Carlos, estar confirmando o  
22   título, o que o incomoda. Mas, ao mesmo tempo, significa entender que deve ter havido  
23   circunstâncias especiais para o Conselho Diretor da época tomar a decisão que tomou. Se é  
24   preciso decidir “sim” ou “não”, concorda com a proposta do professor Lotufo de que a  
25   decisão deve ser circunstanciada, especialmente no sentido de preservar a imagem daquele  
26   Conselho Diretor. Então, conseguirá votar com mais convicção se houver esses textos, tanto  
27   para o “sim” quanto para o “não”. O Conselheiro RODOLFO JARDIM DE AZEVEDO diz  
28   que esse título tem 41 anos, e ele, que acabou de fazer 40, está na categoria dos cabelos  
29   brancos sem ainda poder mensurar. Respeita fortemente todas as opiniões colocadas aqui, por  
30   mais contraditórias que sejam. Acredita que vivam na democracia exatamente para poder  
31   ouvir, processar e tentar tomar as decisões e, quem sabe, melhorar a própria condição. Sua  
32   grande preocupação com as falas anteriores é com relação às analogias, porque toda vez que  
33   se coloca mais uma analogia, cria-se mais um ramo de interpretação possível; dessa forma,  
34   tentou formar uma opinião sem se ater às analogias. Em cada uma das opções há os pontos  
35   positivos e os negativos. Quanto à leitura de que negar a revogação da outorga é reforçar o  
36   título, prefere não entender dessa forma; da mesma maneira que a cada Conselho  
37   Universitário, por não haver uma moção a fim de revogar alguma atitude do passado, não  
38   significa que estejam reafirmado aquilo. Foram provocados a pensar em cancelar o título em  
39   questão através da moção do IFCH, e justamente a força dessa provocação os trouxe aqui.  
40   Então, sua interpretação é de que estão votando a revogação do título, e não a reafirmação do

1 mesmo; ou seja, não apresentaram uma moção com o intuito de o Consu reafirmar o título ao  
2 coronel Jarbas Passarinho. O Conselho foi provocado a pensar em cancelar o título através da  
3 moção do IFCH, e a força dessa provocação os trouxe aqui. Então, a saída neste caso seriam  
4 duas: decidir por revogar o título ou decidir deixar a história do jeito que está. Prefere  
5 interpretar dessa forma. Várias pessoas mencionaram o caminho da Unicamp até este  
6 momento, e o que o preocupa é tentar excluir pedaços do caminho que não consideram mais  
7 válidos. E é justamente nesse sentido que gostou bastante da proposta do professor Paulo  
8 Barbosa, mencionada por várias outras pessoas aqui. Ou seja, podem dizer que, hoje, se  
9 alguém propusesse o título de Doutor “Honoris Causa” para o Jarbas Passarinho, nem haveria  
10 essa discussão, não outorgariam um título a ele. Basicamente, o resultado da proposta será  
11 decidido com um “sim” ou um “não”. Estão preocupados em tentar explicar porque estão  
12 tomando a decisão, e é justamente nesse aspecto que considera importante olhar para a atitude  
13 que estão tomando. Essa atitude tem sido refletida nos atos da Universidade dos últimos anos.  
14 Valorizam a democracia, estão aqui em um Conselho com mais de setenta membros  
15 expressando sua opinião, de forma que não há problema de democracia, estão respeitando a  
16 opinião dos outros. Esse é o efeito. Ou seja, revogar o título não os vai tornar mais  
17 democráticos, tampouco menos democráticos; o aspecto não é esse. Revogar o título ou não  
18 revogar o título não os vai tornar mais políticos ou menos políticos. Irão exercitar sua decisão  
19 política, exercitar a decisão democrática. Não irão alterar o pensamento da época, não vão  
20 voltar ao passado e mudar o pensamento daquelas pessoas. Não irão reescrever o passado.  
21 Alguém pode, no futuro, ver o que aconteceu, através da Ata de 1973. Sua solução é expressar  
22 que não fariam isso novamente, mas, por outro lado, não tem vontade de ficar olhando o  
23 passado da Unicamp e julgando o que está certo e o que está errado, revogando item por item  
24 do que foi feito. Estão passando por uma fase importante para pensar em seus atos atuais e nas  
25 implicações para o futuro. Há muitas outras coisas a fazer, e gostaria de usar melhor o tempo  
26 na direção de enxergar um futuro melhor para a Universidade. Entende que equívocos podem  
27 ter sido cometidos no passado, mas a cada esforço de tentar revogá-los, estão perdendo a  
28 oportunidade de olhar para frente. O MAGNÍFICO REITOR diz que muitos conselheiros se  
29 referiram a uma suposta proposta do professor Paulo Barbosa, e outros, como o professor  
30 Lotufo, entenderam a manifestação do professor Paulo como ele entendeu, não como uma  
31 proposta alternativa, porque não lhe parece que ela seja uma alternativa àquilo que a  
32 professora Teresa chamou de sistema binário, revogar ou não revogar o título. Entendeu a  
33 proposta do professor Paulo como um texto que explicava uma das alternativas do sistema  
34 binário, e o professor Lotufo inclusive, em sua manifestação, solicitou um texto que  
35 explicasse a outra possibilidade do sistema binário. Então, antes de formular algum  
36 encaminhamento, consulta o professor Paulo Barbosa se entendeu corretamente, porque sua  
37 proposta não os desvia da votação de revogar ou não o título. O Conselheiro PAULO  
38 SÉRGIO FRANCO BARBOSA diz que seu pensamento foi mais ou menos na linha do que o  
39 professor Lotufo colocou, que caso fosse mantido o título, deveriam pelo menos  
40 contextualizar, e não perder a oportunidade de reafirmar que seriam contra a outorga se fosse

1 hoje. O MAGNÍFICO REITOR diz que isso tendo sido esclarecido, poderá encaminhar a  
2 votação. O encaminhamento nem é tão difícil, porque o sistema continua sendo binário.  
3 Considera que a explicação da decisão poderá ser retirada do conteúdo da Ata desta reunião,  
4 por todas as manifestações que foram colocadas. Em seguida, diz que todos tiveram a  
5 oportunidade de comentar sobre um trecho de suas vidas, e também não resiste à tentação de  
6 dizer onde estava em 1973. Naquela época, era vice-presidente do Diretório Acadêmico da  
7 Faculdade de Tecnologia de Alimentos, portanto, fichado. E fazia iniciação científica, tendo  
8 como orientador – que foi seu orientador em duas iniciações científicas, no mestrado e no  
9 doutorado – o professor André Tosello, que foi mencionado aqui como sendo o único que se  
10 manifestou na sessão do Conselho Diretor sobre a proposta do professor Zeferino,  
11 favoravelmente, indicando um fato, sem dúvida importante do ponto de vista histórico para a  
12 Engenharia de Alimentos, que foi o reconhecimento do curso. O curso de Engenharia de  
13 Alimentos era inédito, não existia na América Latina e foi criado pelo professor André  
14 Tosello e submetido ao Ministério da Educação em um processo de reconhecimento que  
15 tramitou durante vários anos e foi reconhecido quando era Ministro da Educação o coronel  
16 Jarbas Passarinho. Acredita que o relato que o professor Tosello fez, e que está descrito na  
17 Ata, é meramente factual; acha que pela tenacidade que o professor possuía e pelo seu  
18 empenho na criação da Engenharia de Alimentos – Engenharia Tecnológica de Alimentos,  
19 naquela época –, qualquer que fosse o ministro, o curso certamente seria reconhecido; não  
20 acha que isso se deva especialmente à presença do coronel Jarbas Passarinho no Ministério.  
21 Feita essa contextualização pessoal, não há dúvida de que há um sistema binário de votação, e  
22 em uma votação que exige dois terços do quórum é bastante recomendável e prudente que  
23 assim seja, porque se houvesse cinco propostas aqui, teriam de triar até que restassem duas,  
24 porque é a única maneira de fazer algo que exija um quórum qualificado. Fará uma  
25 observação que lhe parece importante, porque as manifestações se preocuparam em analisar a  
26 preservação do Conselho Diretor à época, do professor Zeferino Vaz, dos membros que  
27 estavam no Conselho. Acha que essa questão não faz parte das preocupações com o que estão  
28 decidindo aqui. Recorre ao parecer da PG para explicar o que está querendo dizer. O parecer  
29 coloca claramente em sua conclusão que a revogação não é um ato que possui retroatividade,  
30 portanto, não estariam alterando o ato praticado por aquele Conselho Diretor. A outorga foi  
31 decidida, produziu seus efeitos e vige até este momento. O que está proposto aqui é o  
32 reconhecimento por este Conselho, ou não, a partir de agora, de que essa concessão será  
33 revogada. Consta do último parágrafo do parecer da Procuradoria Geral: “Por estas razões,  
34 entendo que o pedido de revogação do título Doutor ‘Honoris Causa’ concedido a Jarbas  
35 Passarinho poderá ser submetido ao Conselho Universitário, que poderá deferi-lo mediante  
36 decisão motivada e aprovação de 2/3 de seus membros, o que produzirá efeitos futuros,  
37 conforme anteriormente exposto.” Esse é o último esclarecimento que gostaria de aportar, e  
38 encaminha a votação no sentido do sistema binário, como denominou a professora Teresa,  
39 revogar ou não revogar. Para revogar, são necessários os votos de dois terços dos membros do  
40 Conselho, portanto, cinquenta votos. Em seguida, submete à votação a revogação do título de

1 Doutor “Honoris Causa” ao coronel Jarbas Passarinho, que é rejeitada com 10 votos  
2 contrários, 49 favoráveis e 10 abstenções. Portanto, não está revogado o título. O Conselheiro  
3 ADALBERTO BONO MAURIZIO SACCHI BASSI declara que votou contrariamente à  
4 revogação não como referendo, mas porque diversos membros aqui presentes, inclusive os  
5 que encaminharam, se referiram a erro histórico, do que discorda profundamente. O  
6 MAGNÍFICO REITOR informa que o professor Léo Pini entregou declaração de voto à  
7 Secretaria Geral para constar da Ata. Declaração de voto do conselheiro Léo Pini Magalhães:  
8 “Abstive-me. Foi um voto difícil e de respeito ao Conselho Diretor à época e também de  
9 respeito ao futuro. Não se altera o passado. Este voto não reitera o título e considera que o  
10 estabelecido no passado deve ficar como marca para o seu julgamento pela história.” O  
11 Conselheiro PAULO SÉRGIO FRANCO BARBOSA consulta, tendo em vista o resultado da  
12 votação, se caberia aquela sugestão de redação que fez. O MAGNÍFICO REITOR diz que  
13 não, pois as razões estarão expressas na Ata. Considera que as opiniões das pessoas levaram a  
14 que votassem dessa forma. Crê que não haja necessidade de nenhum texto **explicativo**. Em  
15 seguida, devido à inversão da pauta, passa ao Expediente, informando que alguns itens  
16 demandam algumas providências. Chama atenção para o item 5 – proposta de estabelecimento  
17 de cotas para negros e indígenas em concursos de ingresso no quadro de funcionários da  
18 Unicamp, apresentada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. A PG analisou a  
19 proposta e a Lei Federal nº 12.990, de 09 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% das  
20 vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos  
21 públicos, e entendeu que, embora a lei se refira a instituições federais, abra a possibilidade  
22 para que qualquer instituição pública a adote como referência em seus concursos. E para  
23 avançar nessa questão, propõe a constituição de um grupo de trabalho para o aprofundamento  
24 do assunto e elaboração de propostas de ações ao Conselho Universitário, pois se trata de uma  
25 regulamentação que precisa ser produzida, e é preciso analisar como se aplicaria no caso dos  
26 concursos da Unicamp. Dessa forma, teriam de formar, na reunião de hoje, esse grupo. Chama  
27 também atenção para o item 7 – Proc. nº 01-P-03969/99 –, indicação de membros da Área de  
28 Biológicas, em substituição ao professor Jacks Jorge Júnior, da FOP, como titular, e à  
29 professora Fernanda Aparecida Cintra, da FEnf, como suplente, a partir de 26.08.14, para  
30 comporem a Comissão de Vagas Docentes. A proposta é que o professor Ivan Toro assuma  
31 como titular e o professor Miguel de Arruda como suplente. Não havendo observações,  
32 submete à votação as indicações, sendo aprovadas por unanimidade. No item 8 – Proc. nº 01-  
33 P-20276/03 –, indicações de membros, representantes titulares e suplentes das unidades de  
34 ensino e pesquisa, para comporem a Comissão Central de Pesquisa, com mandato de agosto  
35 de 2014 a julho de 2016: Fúlvia de Barros Manchado Gobatto e Augusto Ducati Luchesi  
36 (FCA), como membros titular e suplente, respectivamente; Fernando Cendes e Roger Frigério  
37 Castilho (FCM), como membros titular e suplente, respectivamente; Theresa Maria de Freitas  
38 Adrião e Agueda Bernardete Bittencourt (FE), como membros titular e suplente,  
39 respectivamente; Maria Teresa Pedrosa Silva e Sérgio Bertelli Pflanzler Junior (FEA), como  
40 membros titular e suplente, respectivamente; Raquel Gonçalves e Jansle Vieira Rocha